



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Secção de São Paulo

134.º EXAME DE ORDEM - 2.ª FASE

Aplicação: 9/3/2008

DIREITO DO TRABALHO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

PONTO SORTEADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Verifique se o seu nome, RG e n.º de inscrição estão corretos e assine, na capa, no local reservado.
- 2 Escreva o número do ponto sorteado no espaço reservado.
- 3 **Não será considerada a peça elaborada em discordância do ponto sorteado.**
- 4 APROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL abrange duas partes:
 - a) Redação de Peça Profissional, privativa do advogado, na área de opção do examinando, a saber: Civil, Penal, Trabalho ou Tributário;
 - b) Respostas a 5 questões práticas, sob a forma de situações-problema.
- 5 A prova deve ser feita com caneta de tinta azul ou preta.
- 6 Não assine sua prova, pois isso a identificará e, conseqüentemente, a anulará.
- 7 Serão permitidas consultas a legislação, livros de doutrina e repertórios de jurisprudência. É vedada a utilização de sinopses e roteiros de peças jurídicas, dicionários jurídicos e obras que contenham formulários e roteiros de peças jurídicas, questões sob a forma de perguntas e respostas, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas, mesmo as editadas sob a forma de livro, bem como toda e qualquer publicação editada ou patrocinada por cursos especializados no preparo para concurso de Exame de Ordem.
- 8 Será considerado aprovado o examinando que obtiver nota igual ou superior a 6.
- 9 Duração da prova: 5 horas, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e à transcrição dos textos dos rascunhos para os locais definitivos.
- 10 Não será permitido sair do local do Exame antes de transcorridas 2 horas e 30 minutos do seu início.
- 11 Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada.

Observações:

- a) Não serão fornecidas folhas complementares.
- b) Não serão avaliadas as respostas das questões ou redação da Peça Profissional elaboradas fora do local destinado.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

Ponto 1

João Pedro, antigo sócio da empresa BC Ltda., desligou-se da sociedade no ano de 1998, tendo sido o ato devidamente formalizado perante a Junta Comercial, no momento oportuno.

José da Silva, sob o argumento de ter trabalhado, de janeiro de 2003 a julho de 2006, para a referida empresa, pleiteou verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas, que alegou não ter recebido.

Por ocasião de audiência inaugural, realizada em setembro de 2006, a reclamada, fazendo-se representar por preposto, contestou o feito, tendo, contudo, juntado cópia de contrato social desatualizado, ou seja, anterior à data da saída de João Pedro. Julgada procedente em parte a ação, com o trânsito em julgado e homologação da conta de liquidação, o oficial de justiça, após a citação da executada, não mais encontrou a empresa no endereço indicado, tendo o juízo determinado a desconsideração da personalidade jurídica, ocorrendo, então, já em janeiro de 2008, a penhora de bens pessoais do já referido ex-sócio, João Pedro.

Considerando a situação hipotética acima, redija, na condição de advogado contratado por João Pedro, a medida processual cabível, na qual seja pleiteado o levantamento da penhora e a exclusão de João Pedro da execução.

Ponto 2

Manuel da Silva, torneiro-mecânico, embora prestasse serviços exclusivamente internos e estivesse em atividade, em média, durante dez horas diárias, no período de segunda-feira a sexta-feira, além de quatro horas aos sábados, foi despedido sem justa causa, após cinco anos de labor, tendo recebido todas as verbas rescisórias a que fazia jus.

Manuel pleiteou junto ao ex-empregador, a empresa XY Ltda., já no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, pagamento de horas extras trabalhadas, que, segundo ele, jamais lhe foram pagas. A empresa alegou ser indevida tal verba sob o fundamento de que, pela liderança que Manoel exercia junto aos seus colegas de trabalho, as horas extras eram indevidas, ante o que dispõe o art. 62 da CLT.

Considerando a situação hipotética acima, redija, na condição de advogado de Manuel da Silva, a medida judicial cabível, com a devida justificativa quanto à improcedência da excludente apresentada.

Ponto 3

Sob o fundamento de que a legislação brasileira não admite a despedida arbitrária ou sem justa causa e, sobretudo, considerando em pleno vigor a Convenção n.º 158, da OIT, um juiz do trabalho determinou, em sentença, a nulidade da dispensa sem justa causa de empregado de determinada empresa, a despeito de esta ter comprovado o pagamento, com assistência sindical, de todas as verbas rescisórias. Em consequência da sentença proferida, foi determinada a reintegração do reclamante no emprego.

Considerando a situação hipotética acima, redija, na condição de advogado da reclamada, a medida judicial cabível, na qual sejam apresentados os argumentos contrários ao da fundamentação da sentença, com as consequências processuais decorrentes.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO 1

Danilo provocou briga em serviço e agrediu, injustamente, Renato, seu colega de trabalho. Em consequência, a empresa empregadora puniu Danilo com cinco dias de suspensão. Embora não tenha cometido mais nenhuma falta, após o decurso de um ano, Danilo foi despedido por justa causa, sob a alegação da já mencionada agressão a Renato.

Na situação descrita, a posição da empresa está correta? Justifique, com a devida base legal, a sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 2

Considere-se que determinada empresa, em face da constatação de prestação de serviços em atividade insalubre, tenha adquirido os necessários equipamentos de proteção individual, distribuindo-os aos empregados. Considere-se, ainda, que, a partir do pagamento do primeiro salário subsequente a tal aquisição, a empresa tenha passado a descontar tais despesas, em três parcelas, no salário de cada um dos empregados. Nessa situação, a atitude da empresa encontra amparo legal? Justifique a sua resposta com base na legislação pertinente.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 3

Considere-se que o patrono de determinado reclamante, alegando aplicação analógica do instituto do grupo econômico para fins trabalhistas, tenha inserido, no pólo passivo de uma ação reclamatória, para fins de solidariedade, o locador do imóvel em que estava situada a empregadora, na condição de locatária. Nessa situação, o entendimento do patrono está correto? Justifique, com a devida base legal, a sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 4

Suponha-se que determinada empresa tenha juntado à defesa, em ação trabalhista, cópia xerográfica não-autenticada de um documento, tendo levado, porém, à audiência inicial o original do documento para a devida conferência. Nessa situação, tal procedimento tem previsão legal ou pode o juízo impedir a exibição do original para conferência? Justifique a sua resposta com a devida fundamentação legal.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 5

Em determinado processo trabalhista, por ocasião da execução definitiva, a reclamada pretendeu argüir, embora em nenhum momento tivesse alegado o fato, compensação de suposto empréstimo que fizera ao trabalhador, exibindo documento firmado pelo empregado, no início do contrato de trabalho, que perdurara por cinco anos.

Nessa situação hipotética, o procedimento descrito encontra amparo legal na processualística do direito do trabalho? Justifique sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!